

Trabalho na educação básica

A condição docente em sete estados brasileiros

Dalila Andrade Oliveira, Lívia Fraga Vieira (Orgs), Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. 468 p.

LILA LOUISE MOREIRA MARTINS FRANCO*
KARINE NUNES DE MORAES**

O conjunto das políticas para formação e valorização docente de diferentes dispositivos legais, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb – Lei nº 11.494, de 2007), o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN – Lei nº 11.738, de 2008), as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CEB nº. 2, de 2009), o Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto nº 6.755, de 2009), o Plano Nacional de Educação (PNE – PL nº 8.035, de 2010), não explicita a discussão sobre as condições do trabalho docente na educação básica, em que pese sua implicação direta na valorização docente e na universalização e gratuidade da educação obrigatória, de 4 a 17 anos (EC nº 59, de 2009), com qualidade socialmente referenciada.

O livro *Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros*, resultado de pesquisa interinstitucional¹, envolvendo pesquisadores de seis universidades federais (UFMG, UFPA, UFRN, UFG, Ufes, UFPR) e uma estadual (UEM), é leitura obrigatória para pesquisadores da área da educação, docentes e gestores da educação básica, uma vez que convida-nos a debruçar sobre diferentes aspectos relacionados às condições do trabalho docente no Brasil e, particularmente, nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais.

* Mestre em Odontologia, com ênfase em Saúde Coletiva. Professora nos cursos de Odontologia e Fisioterapia e Coordenadora Pedagógica no curso de Fisioterapia e Coordenadora de Avaliação no curso de Odontologia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). Goiânia/GO - Brasil. E-mail: <lilaprofessora@yahoo.com.br>.

** Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia/GO - Brasil. E-mail: <karine.ufg@gmail.com>.

Organizado em 17 capítulos, identificamos seis principais enfoques, a saber: a) perfil docente, b) formação inicial e continuada, c) condições de trabalho, d) gestão educacional, e) organização sindical e f) saúde docente.

As análises nos capítulos 1 e 2, sobre o perfil docente e o panorama da educação básica no Brasil, apontaram como principais desafios à educação pública, face à EC nº 59, de 2009, a ampliação do número de docentes em todas as etapas e modalidades deste nível de ensino, a mudança no perfil do docente, a melhoria das condições de trabalho, as novas funções e/ou categorias de trabalho, a diversificação e especialização dentro do trabalho docente, E, ainda, destacaram a precarização do trabalho docente mediante o aumento das horas semanais para mais de 40 horas e o envelhecimento da categoria docente, que tanto pode estar ligado à tendência geral da população brasileira, de redução das taxas de natalidade conjugada ao aumento da expectativa de vida, como à desistência da profissão pelos mais jovens.

As análises acerca da formação inicial e continuada e suas interfaces com a melhoria da qualidade da educação básica, nos capítulos 3, 4 e 5, mostram que ainda é necessário o esforço articulado entre estabelecimentos educacionais, secretarias de educação e instituições formativas, de modo a garantir processos permanentes de qualificação e aprimoramento profissional. E também a maior articulação da Política Nacional de Formação de Professores à valorização da carreira para a superação da formação em nível médio, à melhoria da remuneração, redução do número de estudantes por turma, e o vínculo profissional necessário na formação continuada e de carreira.

As condições de trabalho e sua relação com a intensificação e precarização do trabalho docente foram analisadas nos capítulos 6, 7 e 8. A pesquisa apontou que a organização dos processos de trabalhos nas instituições educativas, a ampliação das funções para além da sala de aula, os aspectos distintivos da remuneração docente, a ampliação da jornada não remunerada de trabalho para o planejamento e demais atividades extraclasses, o vínculo com mais de uma unidade educacional, os diferentes mecanismos de controle, particularmente, relacionados ao gerenciamento de consultorias privadas e terceirizações, têm promovido maior intensificação e precarização do trabalho docente e, ao mesmo tempo, a insatisfação profissional. Neste sentido, urge a consolidação de políticas de valorização docente de modo a reverter esse quadro, particularmente, na melhoria das condições materiais e subjetivas do trabalho.

As análises sobre políticas educacionais e gestão da educação básica, nos capítulos 9, 10 e 11, trazem para o debate a percepção dos docentes acerca das práticas de gestão e organização dos espaços educativos, bem como das políticas educacionais, envolvendo, também, a discussão sobre o trabalho de direção da escola, concepções de gestão democrática, participação, autonomia, descentralização, avaliação e trabalho coletivo. Ao mesmo tempo, denunciam o caráter deletério de modelos de gestão por resultados que, ao estabelecer a lógica de bonificações e premiações, como indicador da

qualidade, tendem a individualizar um processo que deveria ser fruto de trabalho coletivo. A adoção de mecanismos, estimulando a concorrência e a competitividade, contribuem não só para a desvalorização do trabalho docente como, também, para a maior intensificação e precarização.

A relação entre a organização sindical dos docentes da educação básica e a melhoria das condições de trabalho foi central nos capítulos 12, 13 e 14. A pesquisa aponta que as novas formas de organização das instituições educativas e do trabalho docente, as políticas educacionais e de gestão em curso têm gerado novos desafios ao movimento sindical, aos docentes, à academia e ao próprio poder público. Dentre eles, destaca-se a necessidade de um trabalho coletivo na defesa e ampliação dos direitos da categoria docente, particularmente no que se refere à capacidade de organização político-sindical, para a melhoria das condições de trabalho e da valorização profissional no horizonte da educação básica de qualidade.

Outra análise de grande relevância, nos capítulos 15, 16 e 17, se refere à saúde e ao trabalho docente. Embora pouco explorada na área da educação, ela se faz imprescindível na compreensão dos impactos das condições de trabalho na saúde. A hiper-responsabilização do professor, a intensificação e autointensificação do trabalho conjugadas à precarização das condições de trabalho têm contribuído para o aumento paulatino do absenteísmo docente, o esgotamento físico e mental intensos (Síndrome de *Burnout*), o afastamento para tratamentos de saúde e as aposentadorias precoces. A análise também revela que fatores como o tempo dedicado ao trabalho, ao descanso e de uso livre, as exigências/cargas laborais, os processos perigosos e de insalubridade, os problemas de saúde, a insatisfação com o trabalho e a carreira, em geral, não têm sido levados em consideração nos estudos atinentes às condições do trabalho docente. Neste sentido, apresenta-se como desafio a compreensão do sujeito-professor em suas dimensões biopsicossociais, observando fatores familiares, do trabalho, econômicos, culturais e sociais que incidem diretamente sobre sua saúde.

Devido à carência de estudos e pesquisas de tal abrangência e o déficit de dados sobre a temática, este livro buscou contribuir para a superação desta lacuna e, ao mesmo tempo, produzir indicadores e/ou informações, para subsidiar políticas públicas voltadas à melhoria das condições de trabalho e formação docente, além de potencializar o seu debate.

Trata-se, portanto, de uma importante coletânea cujas análises, articuladas à pesquisa, resultado do esforço coletivo de pesquisadores, avançam no sentido de compreender aspectos relacionados às condições de trabalho docente na educação básica, frente às mudanças mais recentes neste nível de ensino, que, por sua vez, estabelecem interfaces com a constituição da identidade e perfil docente, formação inicial e continuada, plano de carreira e remuneração, jornada de trabalho, organização dos processos de trabalho, vínculos de trabalho, formas de gestão, organização sindical e saúde docente.

Notas

- 1 Pesquisa intitulada “Trabalho docente na Educação Básica no Brasil”, sob coordenação do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG), contou com a participação de uma rede de pesquisadores de diferentes grupos e núcleos de pesquisa, tais como: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Políticas Educacionais e Trabalho Docente (Gestrado/UFPA), Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Políticas Educacionais (Getepe/ UFRN), Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc/UFMG), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Nupes/Ufes), Núcleo de Política Educacionais (Nupe/ UFPR), Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho (Gepeto/UFSC), Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional (Geduc/UEM).